

Audição de 24 de março junto da Comissão de Cultura e Comunicação, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD.

Intervenção de André Gago, em representação da Convergência Pela Cultura:

Sr<sup>a</sup> Presidente, senhores/as deputados/as, membros das organizações aqui representadas,

começo por agradecer a iniciativa desta audição parlamentar.

Estou aqui em representação da Convergência pela Cultura que, conforme o nome indica, procura aglutinar propostas convergentes emanados dos vários sectores da Cultura.

A nossa função e o nosso contributo é reflectir aquilo que une as várias organizações, identificar problemas comuns e propor soluções abrangentes para todo o sector Cultural.

É necessário um olhar abrangente sobre a Cultura, sobre o que ela representa para o país, para o seu desenvolvimento, para a sua economia, para a sua coesão territorial, para a sua soberania e para a definição do seu lugar no mundo.

Poderia parecer isto uma fantasia, se não se desse o caso de estarmos aqui em grande parte para debater o tremendo erro histórico que se está a cometer no nosso país, na definição das prioridades do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no quadro de uma circunstância absolutamente extraordinária, a pandemia do Covid-19.

Poderia parecer uma fantasia, não fosse o caso de se verificar que as nossas reflexões coincidem no essencial com as deliberações resultantes da votação do Parlamento Europeu, identificando o sector Cultural e, por extensão, o conjunto das Indústrias Culturais e Criativas (ICC), como pilar da recuperação e resiliência dos Estados.

Poderia parecer fantasia, se não se desse o caso do Parlamento Europeu recomendar a alocação de, pelos menos (e sublinhe-se pelo menos), 2% das verbas do mecanismo PRR ao sector Cultural e, por extensão, às ICC.

Poderia ser fantasia se os argumentos fossem nossos, se correspondessem a uma visão sectorial, sectária, egoísta, da Cultura, procurando disputar verbas, neste caso do maior mecanismo financeiro criado pela Europa para relançar as economias.

Mas não se trata de uma fantasia: trata-se da clara noção de que o sector Cultural e, por extensão, as ICC, representam um bem inalienável das sociedades e das nações.

Trata-se da percepção, tantas vezes apregoada mas sem respostas à altura, de que o sector Cultural foi dos mais duramente atingidos pela pandemia.

Trata-se da percepção de que ele não apenas precisa de ser profundamente reformado e apoiado, mas de que constitui um pilar sólido das economias e da identidade das nações e da afirmação da Europa no mundo pós-pandemia.

Trata-se ainda da percepção de que os mecanismos de recuperação económica europeus devem servir também para colmatar falhas na emergência social que a crise pandémica provocou no sector cultural.

Isto foi cristalino para os deputados que aprovaram a recomendação no Parlamento Europeu.

O que está aqui em causa, porém, é muito mais que o PRR. Muito mais que os 280 milhões de euros que seriam alocados à fileira cultural, caso a recomendação do PE tivesse sido acolhida por este governo.

O que está aqui em causa é como interiorizar esta recomendação do PE. Não apenas no governo, mas nos partidos. E também nas próprias organizações que representam o sector. E, finalmente, nos cidadãos.

Porque repetir à exaustão que a Cultura é importante é já minorizar a Cultura.

Corresponde a um vício de pensamento e linguagem que exige que a Cultura se justifique, quando ela não carece de ser justificada.

O nosso desafio é pois, o de darmos um salto na qualidade do nosso discurso relativamente à Cultura. Um salto epistemológico, que corresponda a uma efectiva e real mudança de paradigma.

É fundamental, para atingir esse objectivo, que a Cultura deixe de ser encarada como subsidiária de outras actividades.

Isto só se atinge se, neste momento dramático que atravessamos, tivermos todos realmente a convicção de que o sector Cultural é axial à sociedade, é motor da economia, é factor de desenvolvimento e coesão territorial — não em abstracto, não potencialmente, mas de facto —, e é um sector estratégico para ultrapassarmos a fragilidade sistémica resultante da pandemia.

Por isso, não falamos em políticas sectoriais, embora estejamos disponíveis para isso, se for necessário. Defendemos uma coisa muito simples.

Defendemos que a Cultura deixe de ser considerada como ornamento.

Como jóia rara.

Como complemento embelezador de outras políticas.

Não podemos continuar a dizer que também é importante: temos de dizer que é essencial.

A cultura não é um também. Não é acessória.

E as pessoas que fazem cultura também não são acessórias.

Tudo o que nos aconteceu ao longo do último ano tem a fortíssima probabilidade de se repetir nos próximos doze meses.

E, portanto, já não é tempo de discutir se as medidas foram eficazes ou se não foram eficazes: todos sabemos que não foram.

O sector Cultural continua como estava em março de 2020: em estado de emergência.

A razão que nos traz hoje aqui prende-se com isto: ao não inscrever a Cultura no PRR, o governo em funções dá sinal de que não acompanha, não percebe e não quer perceber os sinais que há um ano lhe enviamos.

Ao mesmo tempo, é profundamente perturbador que o governo instrumentalize a criação de um Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura, passando por cima dos parceiros que colaboram na sua elaboração,

procurando aprová-lo antes de tempo, para poder talvez fazer boa figura no conselho de ministros europeus da cultura, agendado para Maio, no âmbito da vigência da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia.

Um Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura, que poderia ser um instrumento sério, é usado aqui como estandarte numa parada de onde Portugal, contudo, só poderá sair pela esquerda baixa.

Porque não é possível transformar um Estatuto num instrumento sério sem uma profunda reforma administrativa em sede de Segurança Social, do Trabalho e das Finanças.

Também essa era uma recomendação do PE relativamente ao sector, a ser incluída no PRR, e que o governo ignorou.

Por isso, temos dito que o Estatuto está a ser feito como quem começa a casa pelo telhado.

Mas é necessário também um consenso que envolva os decisores políticos num compromisso claro, e que a sociedade civil entenda.

É fundamental que a mensagem que a resolução do PE transmite entre no nosso ADN — já que, ao que parece, temos um.

E isso passa por refutar de uma vez por todas a cultura do subsídio.

Todas as actividades económicas beneficiam de incentivos, estímulos, mecanismos de apoio, benefícios fiscais, etc.

Não falamos, portanto, de dinheiro. Podemos falar, mas concentramo-nos por ora nesse aspecto pensando nesses pelo menos 280 milhões que o PRR deveria destinar directamente ao sector.

A França, que não é seguramente um anão cultural, entendeu a mensagem.

No seu PRR, destina 3 mil milhões à Cultura. 2 mil milhões directamente a partir do PRR e mil milhões a partir de mecanismos de empréstimo.

Quase mil milhões, mais precisamente 949 milhões, são directamente destinados a reforço do apoio aos intermitentes.

Isto é eloquente: um discurso sobre a Cultura, a sua relevância, a sua importância no futuro, tem que contar com aqueles que fazem Cultura.

Por isso, a questão que não desaparece de cima da mesa, a questão social, a questão da indigência a que nos vemos remetidos, independentemente da nossa carreira contributiva, é a verdadeira prioridade.

O resto vem depois.

Mas o que vem depois emana de uma escolha que temos de fazer hoje, agora: que papel queremos para a Cultura no futuro?

Seremos capazes de identificar o que está mal hoje? Queremos reconstruir este edifício?

A Convergência, em conjunto com a equipa do Mapeamento, deu o seu contributo em sede de consulta do PRR.

Apresentámos propostas e soluções tangíveis.

Continuamos, como sempre, disponíveis para dar o nosso contributo.

24 de Março – 11h00 - Videoconferência

**Plataforma Cívica “Convergência pela Cultura”**

Intervenção final (Alexandre Belo Morais)

(Transcrição)

É importante estabelecer aqui um princípio de que o sector com mais de 130 mil trabalhadores, e que representa mais de 3% do PIB, tenha que sujeitar-se a uma lógica de mão estendida, quando deveria exigir de facto uma cultura operacional, que é algo que ao longo o poder político tem demonstrado que não possui.

Por isso, esta mudança de paradigma que nós temos salientado, deve começar pelo próprio sistema político e pelo modo como são interpretadas as Industrias Culturais e Criativas.

Nesse sentido é por essa razão que devemos questionar o Plano de Recuperação e Resiliência na sua totalidade por que entendemos que a Cultura deve constituir-se como uma componente estratégica para a recuperação económica do País.

Neste momento o sector cultural necessita de um farol de esperança, e estes fundos europeus representam uma oportunidade única para a criação de uma verdadeira Lei de Bases para a Cultura, com a construção de um edifício legislativo, para que todo o sector possa ser regulado.

E aí fará sentido a reforma indispensável da Segurança Social, a criação de um estatuto para os trabalhadores da Cultura, a recuperação de todos os contribuintes para o sistema contributivo, com a reorganização social do tecido cultural, com mecanismos de transparência nos gastos públicos em cultura, e sobretudo investimento na formação e certificação.

É a inclusão da Cultura como matriz identitária de uma orientação política para o futuro, mas sobretudo no contexto de recuperação económica do País.

Por isso é que esta Convergência pela Cultura tem sido sempre absolutamente responsável na forma como tem abordado esta questão e estará sempre disponível para contribuir com soluções efectivas e concretas, como as que estão nos manifestos públicos que já apresentámos, e que supostamente deveriam estar cabimentadas no Orçamento de Estado, conforme nos foi dito pelo Ministério da Cultura na última reunião que tivemos.

Por isso é importante sublinhar que deve existir um verdadeiro sentido de responsabilidade na defesa do sector cultural e de uma política para a Cultura sustentada e sustentável.

A emergência é permanente e ainda está tudo por fazer.

**(fim de transcrição)**

24 de Março – 11h00 - Videoconferência

#### **Plataforma Cívica “Convergência pela Cultura”**

Período de Respostas aos Deputados (Anáisa Raquel)

(Transcrição)

(período de tempo impercetível com o tempo a contar)

A Cultura não é uma ilha; A Cultura não se move num só Ministério; E a Cultura tem de ser olhada de uma forma global. Mas acima de tudo a Cultura tem de ser olhada como cada uma das pessoas que fazem Cultura.

Quando oiço a senhora deputada Fernanda Velez falar da opinião sobre as prioridades essenciais, tendo em conta que estamos a iniciar o segundo ano de pandemia, neste momento já não há prioridades essenciais; todas as prioridades essenciais estão atrasadas. Nós estamos a correr contra o tempo. As medidas de emergência que foram pedidas em Maio do ano passado ainda não chegaram a todos, por conta da má atribuição dos CAE, por conta da má atribuição dos CIRS; São medidas que não chegaram a todos.

Gostaria de referir também que se fala muito nos milhões, dos milhões que vêm para a Cultura, dos apoios específicos à Cultura; Nós devemos ter aqui uma noção muito clara de que a Cultura não é o Universo DGARTES, a Cultura é muito mais do que o Universo DGARTES; Uma coisa são os apoios que a DGARTES tem a nível concursal, para as entidades e para projectos, outra coisa são os apoios naquilo que diz respeito a uma situação de epidemia, em que milhares de trabalhadores estão proibidos de exercer a sua actividade profissional, e que foram enviados para casa sem qualquer protecção social. Isto não se pode tratar como os milhões e milhões que já foram distribuídos, porque são milhões e milhões que não chegaram; Não há uma política de transparência, e muitos de nós não sabemos por onde é que andam esses milhões.

Gostava de falar que em relação a esse estudo que foi divulgado, das pessoas não se sentirem confortáveis nas salas de espectáculos; é muito perigoso falar do resultado desse estudo, porque nós não sabemos efectivamente, se as pessoas que responderam, que não se sentem confortáveis nas salas de espectáculos, tiveram oportunidade e visitaram as salas de espectáculos, naquele momento pequenino em que pudemos voltar ao exercício das práticas das artes, nomeadamente das artes cénicas e equipamentos culturais, e não sabemos se as pessoas testaram ou não a sua segurança, porque a Cultura, de facto, é segura.

Portanto, vamos falar sobre o Garantir Cultura. Vai abrir agora no dia 30 de Março, já foram disponibilizadas as formas de apoio, as formas concursais, temos 9 meses para a execução daquilo em que vamos concorrer no Garantir Cultura; Nós vamos ter estes 9 meses para execução, ou virá um terceiro confinamento? E neste terceiro confinamento que virá, voltaremos a estar em casa com desprotecção social, porque a verdade é que em nenhuma das retomas que aconteceu até agora houve uma protecção social, houve a prática das condições dos vínculos laborais, e voltámos à estaca zero. Há um ano que estamos na estaca zero. É muito difícil, neste momento, falar do que é que são prioridades, porque as prioridades são uma retoma a nível de protecção social dos trabalhadores. Portanto, há um esforço enorme que tem que ser feito, não só da nossa parte como também da vossa parte, e isso significa uma mudança de paradigma; uma mudança em que o Ministério da Cultura tem que estar em permanente diálogo com o Ministério do Trabalho, com o Ministério da Economia, com o Ministério das Finanças, e temos que deixar de pedir migalhas, porque nós não vamos conseguir viver de migalhas; a Cultura é muito mais do que as migalhas que são anunciadas há mais de um ano.

(nota: foram usados cerca de 3 minutos e 20 e não foi permitida a intervenção de Alexandre B Morais por terem sido excedidos os 4 minutos. Logo depois, Amarílis Felizes da Plateia teve uma intervenção de 5m40s)

**(fim de transcrição)**